



BANCO DA AMAZÔNIA

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

RELATÓRIO DE RISCOS E OPORTUNIDADES SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

GRSAC 2023

31.12.2023

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVO	6
TABELA GVR: GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIAL, DO RISCO AMBIENTAL E DO RISCO CLIMÁTICO	7
a) Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.....	7
b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item a e do relacionamento entre elas	8
c) Processo e frequência de recebimento pelo CA, e na ausência desse, pela diretoria; de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item b.....	10
d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência desse, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão.....	10
e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência desse, pela Diretoria dos Objetivos Estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos	13
COMPROMISSOS DA PRSA.....	15
FNO – INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	17
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A SUSTENTABILIDADE	18
APOIO A PRÊMIOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO	19
PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	20
PRODUTOS E SERVIÇOS COM BENEFÍCIOS AMBIENTAIS.....	20

Apresentação

A região amazônica, conhecida por sua vastidão e biodiversidade incomparável, desempenha um papel fundamental no equilíbrio climático global e no bem-estar social das comunidades que nela habitam. No entanto, essa região única enfrenta uma série de desafios significativos decorrentes das mudanças climáticas e das dinâmicas sociais complexas. No Banco da Amazônia reconhecemos a influência e importância do nosso negócio em praticamente todos os setores empresariais e na vida de milhões de clientes da região norte do Brasil. Em linha com essa perspectiva, nossa instituição está cada vez mais enfatizando a importância crítica e a imediata necessidade de aprimorar os aspectos ESG (Ambiental, Social e Governança) no planejamento e em nossa gestão de riscos. Isso é fundamental para continuarmos estabelecendo negócios duradouros, adaptáveis e sustentáveis.

Como parte desses esforços, em maio de 2022, o Banco da Amazônia estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Essa política, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945 de 15/09/2021, consolida os princípios e diretrizes que orientam as ações da nossa instituição no tratamento de questões sociais, ambientais e climáticas em seus negócios e relacionamentos com as partes interessadas. Além disso, reafirma o compromisso do Banco em avaliar os potenciais impactos negativos em seus negócios e assumir uma responsabilidade sistemática para mitigar riscos, aproveitando oportunidades que beneficiem a instituição, clientes, comunidades, meio ambiente e sociedade em geral.

Objetivo

No presente documento são apresentadas as informações do Banco da Amazônia requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da:

- (i) Resolução BCB nº 139, de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC); e
- (ii) Instrução Normativa BCB nº 153, de 15 de setembro de 2021, que estabelece as tabelas padronizadas para fins da divulgação do Relatório GRSAC.

O Banco da Amazônia, por estar enquadrado no segmento 3 (S3) nos termos da Resolução nº 4.553/2017, tem por obrigação a divulgação pública das tabelas obrigatórias estabelecidas no artigo 9º da Resolução BCB nº 139/2021.

Para mais informações a respeito da nossa instituição, acesse o nosso canal de Relações com Investidores (www.bancodaamazonia.com.br).

Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Objetivo: Descrição da governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Deve ser descrito o papel do Conselho de Administração (CA), da diretoria da instituição, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e do comitê de riscos no processo de governança para a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco social, do risco ambiental e do risco climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

a) Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

Considerar as instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático, operacional, de controle e de conformidade, nos termos da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017), com destaque para o CA, a diretoria, o CRO, o comitê de riscos, o comitê de auditoria, outros comitês existentes, e unidades de negócio e de gerenciamento de risco.

A Tabela GVR para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático tem por objetivo descrever os papéis do Conselho de Administração (CONSAD), da Diretoria Executiva (DIREX), da Diretoria de Controle e Risco (DICOR), cujo diretor executivo funciona como *Chief Risk Officer* (CRO), além dos comitês e de toda a estrutura de governança do Banco.

O Banco da Amazônia possui estruturas de governança encarregadas de lidar com os riscos relacionados à responsabilidade social, ambiental e climática. Essas estruturas têm o papel de identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar os riscos sociais, ambientais e climáticos presentes nas operações e atividades da instituição financeira, que são:

- **Conselho de Administração (CONSAD)**
- **Presidente**
- **Diretoria Executiva (DIREX)**
- **Comitê Estratégico, Ambiental, Social e de Governança (COASG)**
- **Comitê de Planejamento Estratégico, Agenda Ambiental e Sustentabilidade (COPLANE)**

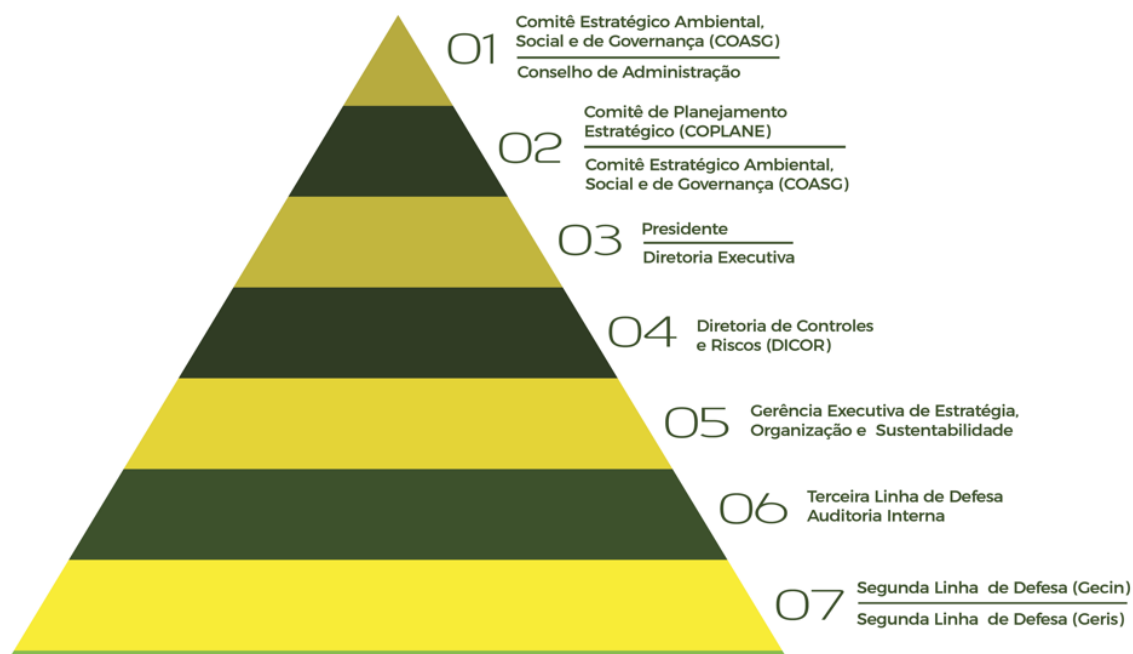
- **Comitê de Gestão Integrada de Crédito, Tesouraria, Riscos e Alocação de Capital (COGEC)**
- **Diretoria de Controles e Riscos (DICOR)**
- **Gerência Executiva de Estratégia, Organização e Sustentabilidade (GERES)**
- **Auditoria Interna**
- **Gerência de Controles Internos (GECIN)**
- **Áreas de Negócios e gestores de cada processo**

b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item a e do relacionamento entre elas

Considerar, dentre as atribuições, as formas de controle, a delegação de autoridade e a divisão de responsabilidades.

- **Conselho de Administração (CONSAD):** É o órgão de deliberação e orientação superior do Banco da Amazônia, responsável pela definição das diretrizes e políticas a serem observadas pela empresa. O Conselho de Administração é composto por sete membros titulares, todos eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo que, das vagas existentes, uma é reservada ao representante dos acionistas minoritários, outra ao representante dos empregados, outra a membro independente e outra ao Presidente do Banco da Amazônia, o qual não pode assumir a presidência do Conselho. Entre suas atribuições, o CONSAD é responsável por avaliar e aprovar a Política de Risco Socioambiental e Climática (PRSAC) do Banco da Amazônia e suas alterações.
- **Presidente:** Responde pela PRSAC perante os órgãos reguladores e demais partes interessadas e verifica o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidas e acompanha a implantação da Política.
- **Diretoria Executiva (DIREX):** Responsável por apreciar a PRSAC e suas revisões, submetendo à deliberação do CONSAD, bem como aprovar o plano de ação de implantação da PRSAC e suas revisões.
- **Comitê Estratégico, Ambiental, Social e de Governança (COASG):** Comitê responsável por sugerir ao CONSAD a adoção das melhorias relativas à Política de Responsabilidade Socioambiental, Planejamento Estratégico, Governança Corporativa e a manutenção de tais práticas no Banco, propondo alterações, atualizações e melhorias, quando necessário.
- **Comitê de Planejamento Estratégico (COPLANE):** Dentre suas atribuições estão a de propor à Diretoria projetos e ações de sustentabilidade que possibilitem melhorar o desempenho ambiental/social da instituição e otimizar os esforços organizacionais; combater o desperdício; minimizar os impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pelas atividades administrativas; racionalizar o consumo; alterar processos de trabalho e tecnologias utilizados tornando-os mais ecoeficientes e produtivos.
- **Comitê de Gestão Integrada de Crédito, Tesouraria, Riscos e Alocação de Capital (COGEC):** Possui a atribuição de assessorar a Diretoria Executiva na gestão corporativa de crédito, tesouraria, riscos e alocação de capital e controles internos.

- **Diretoria da Diretoria de Controles e Riscos (DICOR):** Responde pela gestão do risco social, ambiental, de governança e climático perante os órgãos reguladores e demais partes interessadas.
- **Gerência Executiva de Estratégia, Organização e Sustentabilidade (GERES):** Responsável por coordenar a implantação da PRSAC e realizar a revisão da política, submetendo à DIREX e ao CONSAD. Além disso, elabora relatórios de acompanhamento da implantação da Política, coordenar a Agenda ASG, coordenar o COASG e o COPLANE e informar periodicamente o andamento das ações da PRSAC ao COPLANE.
- **Terceira Linha de Defesa (Auditoria Interna):** Responsável por auxiliar a instituição a alcançar seus objetivos utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos.
- **Segunda Linha de Defesa (GECIN):** Responde pela disseminação da cultura de riscos e controles, além de realizar testes de controle e conformidade. Também emite recomendações técnicas de controle e disponibiliza orientação e treinamento sobre riscos, controles e compliance.
- **Segunda Linha de Defesa (GERIS):** Responsável por propor metodologia para a implementação de estruturas, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco ASG e Climático, recomendar e definir planos de ação necessários para mitigar os riscos ASG e Climático, bem como disseminar a cultura de riscos ASG e Climático. Além disso, deve emitir recomendações por meio de notas técnicas e relatórios sobre risco ASG e Climático, reportando à DICOR e ao COGEC. Deve disponibilizar orientação e treinamento sobre riscos ASG e Climático, monitorando a implantação de planos de ação mitigadores de riscos. Também é responsável por propor políticas e metodologias aplicadas à gestão de riscos ASG e climático e supervisionar o gerenciamento dos riscos ASG e Climático à luz das estratégias, objetivos, políticas e demais dispositivos externos considerados pela instituição.
- **Primeira Linha de Defesa (Áreas de negócios e gestores de cada processo):** Possui como atribuições assimilar e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos ASG e Climático na sua esfera de atuação e implementar e executar a metodologia de gerenciamento de riscos proposta pela Segunda Linha de Defesa. Além disso, deve definir e implementar, quando couber, planos de respostas para mitigação dos riscos identificados. Deve também realizar o gerenciamento dos riscos socioambientais de forma aderente às estratégias, objetivos e políticas, bem como demais dispositivos externos considerados pela instituição. Adicionalmente, proceder ao registro e gerenciamento de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo e setor econômico objeto da operação. Por fim, deve municiar a segunda linha de defesa com informações de sua área acerca dos riscos identificados.



c) Processo e frequência de recebimento pelo CA, e na ausência desse, pela diretoria; de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item b

O Conselho e a Diretoria Executiva recebem periodicamente informações relativas aos riscos sociais, ambientais e climáticos. Esses dados são essenciais para compreender os riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, bem como os produtos e serviços oferecidos pela instituição. Além disso, tal conhecimento auxilia na implementação de medidas eficazes de mitigação desses riscos e na tomada de decisões que promovam a sustentabilidade dos negócios. Essas informações provêm dos diversos fóruns, respeitando sua frequência de realização, conforme descrito abaixo:

Reunião	Frequência
Conselho de Administração (CONSAD)	Mensalmente ou sempre que necessário
Comitê Estratégico Ambiental, Social e de Governança (COASG)	Mensalmente ou sempre que necessário
Diretoria Executiva (DIREX)	Semanalmente ou sempre que necessário
Comitê de Planejamento Estratégico, Agenda e Sustentabilidade (COPLANE)	Bimestralmente ou sempre que necessário
Comitê de Gestão Integrada de Crédito, Tesouraria, Riscos e Alocação de Capital (COGEC)	Mensalmente ou sempre que necessário

d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência desse, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão

- dos níveis de apetite por riscos da instituição;
- das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital;
- do programa de testes de estresse;
- das políticas para a gestão de continuidade de negócios;
- do plano de contingência de liquidez;
- do plano de capital e do plano de contingência de capital; e
- da política de remuneração

Diante da ampla gama de produtos e serviços oferecidos aos clientes em diversos segmentos de mercado, a organização enfrenta uma série de riscos. Para garantir uma gestão adequada foram estabelecidos critérios para identificar os riscos mais relevantes e, com base neles, foram desenvolvidos estruturas, processos e governança para o gerenciamento. Esses critérios incluem:

- I. conformidade com as resoluções do Banco Central do Brasil;**

- II. **cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA);**
- III. **histórico de perdas financeiras; e**
- IV. **previsão de possíveis perdas financeiras futuras conforme avaliado pela Alta Administração da Organização.**

Assim, os riscos sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes e, consequentemente, são levados em conta na aprovação e revisão dos processos a seguir:

- **Níveis de Appetite por Riscos:** A *Risk Appetite Statement* (RAS) ou Declaração de Appetite a Riscos, é um documento formal que define os níveis de risco que uma organização está disposta a aceitar em busca de seus objetivos estratégicos. Essa declaração é uma parte fundamental do processo de gestão de riscos da instituição, pois estabelece os limites e diretrizes para a tomada de decisões em relação aos riscos. Os riscos social, ambiental e climático são considerados na RAS de forma relevante para a instituição.

Na Organização, a RAS é definida e formalizada pelo Conselho, que é responsável pela sua aprovação, subsidiado pelo Comitê de Riscos que tem por atribuição validá-la e estabelecer limites de exposição por tipo de riscos, políticas de gerenciamento de riscos e de capital também apreciadas pela Diretoria Executiva.

A RAS é atualizada anualmente, ou sempre que necessário, e contempla os riscos sociais, ambientais e climáticos.

Conforme a Declaração de Appetite por Riscos (RAS), o Banco da Amazônia não assume risco de crédito com cliente Pessoa Jurídica (PJ) que participe, direta ou indiretamente, de empreendimento responsável por dano ao meio ambiente, idem quanto aos seus administradores, sócios com poder de gerência, solidários, cotistas ou acionistas majoritários. A instituição adota políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de capital com base na RAS, que segue em constante adequação às melhores práticas de mercado e com base nos normativos internos, como a PRSAC.

- **Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital:** A organização implementa políticas, normas e procedimentos para gerenciar efetivamente os riscos e o capital. Esses instrumentos são essenciais para garantir que a estrutura de controle da organização esteja alinhada com a natureza diversificada de suas operações, a complexidade de seus produtos e serviços, bem como com a extensão de sua exposição aos riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e de capital são cuidadosamente elaboradas para se alinharem aos objetivos estratégicos da organização, cumprindo rigorosamente as leis e regulamentos estabelecidos pelos órgãos supervisores. Elas são submetidas a revisões anuais pelo Conselho de Administração e são amplamente divulgadas a todos os funcionários e empresas associadas por meio do Portal Corporativo.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) é de suma importância para a organização. Seu propósito é estabelecer diretrizes claras para promover a sustentabilidade e a responsabilidade social, ambiental e climática. Essa política não apenas orienta a estratégia global da organização, mas também molda a condução de seus negócios, atividades e processos, destacando áreas prioritárias de atuação e governança.

- **Programa de Testes de Estresse:** O objetivo dos testes de estresse é avaliar como o Banco responde a situações adversas e extremas, como crises econômicas, eventos de volatilidade de mercado, falências de grandes clientes, entre outros. Esses testes ajudam a identificar vulnerabilidades no sistema financeiro da instituição e a determinar se ela possui capital suficiente para enfrentar essas situações sem

comprometer sua estabilidade financeira. Em essência, os testes de estresse visam garantir que o Banco esteja preparado para lidar com cenários de risco extremos e proteger os interesses dos depositantes e investidores. Já os testes de estresse para riscos sociais, ambientais e climáticos têm como objetivo avaliar a capacidade da instituição de enfrentar eventos extremos ou mudanças significativas nessas áreas. Isso inclui cenários como desastres naturais, impactos ambientais severos, questões sociais como crises humanitárias ou eventos climáticos extremos. Esses testes visam identificar como tais eventos podem afetar as operações do Banco, sua carteira de investimentos, sua reputação e sua capacidade de cumprir suas responsabilidades sociais e ambientais. Ao realizar esses testes, a instituição bancária poderá desenvolver estratégias de gestão de riscos mais robustas e garantir que estejam preparadas para lidar com esses desafios de forma eficaz e responsável.

A ampliação do escopo dos exercícios de testes de estresse e sua aplicação para o risco ASG é uma estratégia nova, tanto para reguladores quanto para instituições financeiras. A Resolução 4.943/21 regulamentou os requisitos para o exercício de teste de estresse climático com implementação em 2022. O Banco da Amazônia acompanha todo esse movimento de ampliação do escopo dos exercícios de testes de, e por ser uma estratégia nova, tanto para reguladores quanto para instituições financeiras, pretende iniciar os exercícios de teste de estresse RSAC no início de 2025.

- **Políticas para a Gestão de Continuidade dos Negócios:** A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos, sendo um importante componente da gestão dos negócios e do risco operacional. É um processo que agrega valor necessário para uma administração segura e sustentável. Tem como escopo os processos de extrema e alta criticidade, para os quais são mantidos Planos de Resposta a Incidentes (PRIs) e Planos de Continuidade de Negócios (PCNs) atualizados. A GCN tem o seu escopo definido através da Análise de Impacto nos Negócios (BIA), que identifica os processos e sistemas que suportam os objetivos, obrigações e deveres estatutários. A instituição exige que os seus parceiros comerciais tenham PCNs eficazes, especificados em cláusulas contratuais que observem as diretrizes estabelecidas nas normas internas sobre segurança cibernética, garantindo confidencialidade, integridade e a disponibilidade de dados e dos sistemas de informação.

A Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital, traz em seu conteúdo a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), bem como os eventos relacionados aos riscos ASG.

- **Plano de Contingência de Liquidez:** O Plano de Contingência de Liquidez é definido em função da capacidade de solvência da instituição. Será considerado nível de crise de liquidez a situação em que o fluxo de caixa projetado aponte que o Banco não apresentará solvência no espaço de 90 dias. Também poderá ser considerado que existe risco de liquidez iminente no caso da ocorrência de evento contingente ou modificação acentuada das condições de mercado, conforme apreciação do Comitê de Ativos e Passivos.

Eventos sociais, ambientais ou climáticos têm o potencial de impactar a disponibilidade de recursos financeiros do banco, seja através da perda de depósitos ou da diminuição na receita de ativos. Como resultado, os riscos sociais, ambientais e climáticos podem desencadear a ativação do Plano de Contingência de Liquidez, especialmente quando os indicadores de liquidez do Banco mostram uma deterioração significativa. Tais eventos são considerados pela instituição em seu Plano de Contingência de Liquidez.

- **Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital:** A estrutura de governança de riscos, incluindo PRSAC, é avaliada continuamente pelo Comitê de Risco, podendo ser revista anualmente concomitante ao processo de revisão da RAS, conforme a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital. Internamente, a gestão

dos RSAC está amparada na PRSAC e na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital.

- **Política de Remuneração:** O Banco da Amazônia estabelece as diretrizes e regras para remunerar seus funcionários e os membros da Diretoria Executiva (DIREX). Em relação ao pagamento dos funcionários, o Banco segue uma abordagem centrada no desenvolvimento de habilidades e competências, além de adotar a gestão participativa como modelo de gestão de recursos humanos, conforme descrito na sua Política de Gestão de Pessoas.

e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência desse, pela Diretoria dos Objetivos Estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos

O Banco da Amazônia vem incorporando em suas estratégias práticas sustentáveis que minimizem os impactos socioambientais, com intuito de atender acordo e metas da Agenda 2030. Além disso, questões ambientais permeiam todos os negócios e empreendimentos financiados pela instituição. As iniciativas do BASA são pautadas em sua Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC) e com alinhamento às diretrizes governamentais, com vistas à efetividade dos financiamentos por meio dos impactos socioeconômicos gerados. Além da PRSAC, outros instrumentos de natureza ambiental são observados pela instituição, a exemplo da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), dos programas de financiamento FNO Verde, FNO Energia Verde, FNO Empresarial Verde, dos programas Amazônia Recicla e Amazônia Otimiza, do Programa Fornecedor Verde e da Análise de Risco Socioambiental.

Para o novo Plano Estratégico 2023 - 2030, foram estabelecidos 04 objetivos estratégicos que devem direcionar a atuação e mobilização de esforços organizacionais. São eles:



- **Sistema de Avaliação de Risco ASG:** O Sistema de Avaliação de Risco ASG é uma iniciativa do Banco da Amazônia que tem como principal finalidade identificar, mensurar e monitorar a exposição aos riscos: Ambiental, Social e Governança (ASG), nas operações de crédito. O Sistema atende aos itens constantes na Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC), possuindo atualmente 10 indicadores organizados em conformidade com os segmentos: Ambiental, Social e Governança.

Em 2023, destinamos R\$ 6,7 bilhões para iniciativas de linhas verdes, enfatizando nosso comprometimento com práticas de consumo ecologicamente responsáveis. Isso fortalece ainda mais nossa posição como agentes de mudança positiva na região. Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aplicamos R\$ 768,2 milhões em 2023. Essa iniciativa reflete o firme propósito do Banco da Amazônia de promover o desenvolvimento social, incentivando o crescimento de pequenos produtores nas comunidades rurais. Já para os municípios de faixa de fronteira foram investidos R\$ 2,8 bilhões em 2023, sendo realizados 6.743 contratos para os clientes.

O Basa está alinhado às melhores práticas de desenvolvimento sustentável, com Política de Riscos SocioAmbiental e Climático (PRASC), além de possuir uma norma de procedimentos para análise de riscos atrelados a ASG. Considerando a atuação em sustentabilidade, desenvolveu metodologia de avaliação de Risco ASG para complementar o sistema de avaliação socioambiental já implementado e normatizado, estando essa metodologia voltada de maneira específica para as operações de maior volume, realizadas pelo Banco, em consonância com sua matriz de relevância e proporcionalidade. Dessa forma, a metodologia de avaliação de risco ASG é uma ferramenta de análise utilizada pela instituição para avaliar operações de crédito à luz da perspectiva ambiental, social e de governança (ASG) dos negócios financiados. A avaliação de risco ASG é realizada em operações de crédito rural a partir de R\$ 20 milhões e operações de crédito não rural a partir de R\$ 100 milhões. Para o ano de 2024, aperfeiçoaremos os sistemas visando ao desenvolvimento de uma Amazônia cada mais forte e sustentável.

- **Aplicativo de Análise Socioambiental:** O TERRAS é o aplicativo de análise socioambiental utilizado pelo Banco da Amazônia. Ele permite a proposição de financiamento para imóveis que contenham área embargada pelo Ibama, desde que haja decisão judicial definitiva que declare a anulação/cancelamento do embargo ou, alternativamente, documento emitido pelo Ibama ou ICMBio com a devida identificação do imóvel (CAR) e do cliente. Os documentos são analisados na ocasião da concessão do crédito. O critério de embargo, bem como os mais de 20 critérios verificados na concessão do crédito, tem acompanhamento periódico realizado através do aplicativo, com emissão de Relatório de Acompanhamento Socioambiental. Nas operações rurais enquadradas para avaliação dos RSAC há previsão de emissão de Relatório de Monitoramento Socioambiental. O aplicativo cruza as informações fornecidas pelos proponentes com bases públicas que acusam condições de vedação à liberação de financiamento, como trabalho análogo ao escravo, utilização de mão de obra infantil, embargos ambientais, passivos trabalhistas e outros requisitos de regularidade. O sistema Terras está parametrizado com o sistema interno ASG, compartilhando com esse os indicadores “Área com Embargo Ambiental” e “Abertura de Áreas – Desmatamento”, ambos do grupo Ambiental, e o indicador “Utilização de Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo e/ou Trabalho Infantil”, do grupo Social. Em todos os casos citados, o aplicativo Terras cruza as informações fornecidas pelos proponentes com bases públicas que acusam condições de vedação à liberação de financiamento, como trabalho análogo ao escravo, utilização de mão de obra infantil, embargos ambientais, passivos trabalhistas e outros requisitos de regularidade.

COMPROMISSOS DA PRSA

Agenda ambiental: Contempla as atividades relacionadas à Agenda ASG de forma a fortalecer o posicionamento do Banco no tema e a alcançar os resultados projetados nos indicadores e metas relacionadas. Dentre as ações, destacamos o convênio do Banco com a empresa Brasil Mata Viva, para certificação do Banco e dos clientes financiados com o Selo de Sustentabilidade Tesouro Verde.

Trabalho de Cooperação Institucional: O trabalho de cooperação institucional visa primordialmente à captação de recursos financeiros para investimentos na Amazônia. Nesse contexto, o Banco da Amazônia tem se empenhado nessa tarefa e, ao longo de 2023, atuando com esse objetivo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento e ao Banco Mundial. Com a Agência Francesa de Desenvolvimento, o Banco já assinou um Termo de Compromisso para captação de recursos. O Banco da Amazônia também vem estruturando parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Green Climate Found (GFC), operação para captação de recursos para investimento na cadeia de bioeconomia, ocorrendo a aprovação no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia. Os esforços atuais estão concentrados na fase de planejamento desse processo. Na parceria firmada com o BID, o Banco recebeu auxílio de consultoria técnica que apresentou uma taxonomia da bioeconomia e com análise da carteira de financiamento ao segmento. Além disso, NINT (Natural Intelligence) realizou a primeira fase do projeto de apoio à agenda de finanças sustentáveis do BASA, sendo realizado o diagnóstico da carteira da instituição e a análise do sistema de gestão de risco socioambientais e climáticos da instituição.

Unidade VERDE: O Programa Unidade Verde tem como objetivo incentivar as unidades do Banco da Amazônia a adotarem práticas mais sustentáveis em seu cotidiano. As unidades são reconhecidas por seu comprometimento e engajamento com a sustentabilidade. O programa está organizado de maneira a estabelecer selos a serem alcançados pelas unidades ao final de cada semestre.

Selo Amigo da Amazônia (primeiro semestre de 2023):

Para conquistar o Selo Amigo da Amazônia, as agências precisavam cumprir três critérios:

1. Participar do Programa Unidade Nota 10, cumprindo todos os requisitos de acessibilidade;
2. Possuir convênio para coleta seletiva de lixo;
3. Participar da Semana da Sustentabilidade e da Campanha de Arrecadação de Natal.

Selo Gestão Ambiental Responsável (segundo semestre de 2023)

Para conquistar o Selo Gestão Ambiental Responsável, as agências precisavam cumprir três critérios:

1. Redução no consumo de energia;
2. Redução de impressão de papéis;
3. Realização de seis palestras e/ou ações institucionais por ano com temas de sustentabilidade.

Ao longo do ano, as unidades do Banco da Amazônia demonstraram seu comprometimento com a sustentabilidade ao adotarem práticas mais sustentáveis em seu cotidiano. Por meio do Programa Unidade Verde, as agências implementaram medidas para reduzir o consumo de energia e papel, além de promoverem ações de conscientização sobre sustentabilidade. Esse engajamento contribui não apenas para a preservação da

Amazônia, mas também para a construção de uma cultura organizacional mais responsável e consciente em relação ao meio ambiente.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS: O Banco da Amazônia atua alinhado a esse Pacto Global e destacou 07 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para contribuição no alcance de 10 metas constantes na Agenda 2030, com o intuito de induzir práticas sustentáveis nos empreendimentos rurais e urbanos de todos os portes, nas atividades rotineiras de seus colaboradores e na relação com os fornecedores e sociedade.



Entre as ações do Banco da Amazônia ligadas aos ODS em 2023, destacam-se:

- **ODS 1 - Erradicação da pobreza e ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável:** Ao longo de 2023, o Banco da Amazônia investiu R\$ 5,9 bilhões, em operações voltadas a micro e pequenos empreendedores e aplicou R\$ 768,2 milhões para agricultura familiar em toda a Amazônia. Já para os municípios de faixa de fronteira foram investidos R\$ 2,8 bilhões, sendo realizados 6.743 contratos para os clientes.
- **ODS 5 - Igualdade de Gênero:** O Amazônia Florescer PRA ELAS foi criado em 2022 para mulheres empreendedoras, que conta com condições diferenciadas para grupos de 3 a 10 mulheres na modalidade MPO Urbano. No ano de 2023 atendemos 20.473 mulheres e aplicamos o montante de R\$ 78 milhões, apresentando uma variação positiva de 34,4% com esse produto. Desde sua existência até dezembro de 2023, o programa atendeu 36.475 mulheres com o valor de R\$ 136 milhões.
- **ODS 7 - Energia Limpa e Acessível:** Alinhado a seu compromisso com o ODS 7, o Banco da Amazônia, em 2023, iniciou no edifício-sede da instituição, o novo ciclo de recebimento de energia, que consistiu na migração do consumo de energia, do Mercado Regulado (ACR) – mercado convencional de fornecimento de energia – para o Mercado Livre de Energia (ACL). Esse trabalho colaborou para uma redução acumulada aproximada de R\$ 358 mil no período, equivalente a 14,2% de economia, sendo superior aos 12% previsto no estudo técnico preliminar.

FNO – INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A Constituição de 1988 trouxe mudanças, em grande parte, à nova dimensão política que passou a dar tratamento especial aos desequilíbrios regionais, bem como a intensa e inédita participação dos mais variados segmentos sociais na sua elaboração, indicando um longo processo de fortalecimento da democracia brasileira. Para mitigar as grandes desigualdades regionais do Brasil foram criados os Fundos Constitucionais pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em conformidade com o art. 159, inciso I, alínea “c” da Carta Magna. Em especial, o FNO, tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais. A referida lei regulamenta que os recursos do FNO estejam voltados ao financiamento dos setores produtivos da indústria, agroindústria, agropecuária, turismo, comércio e prestação de serviços, inovação, tecnologia e produtos essenciais da biodiversidade, seguidos pelo apoio à infraestrutura econômica da região, com projetos voltados à logística e saneamento. O capital humano também é financiado, através da Lei nº. 13.530/2017, por meio do Programa FNO FIES. Para a continuidade do ciclo econômico, os recursos do FNO são retroalimentados pelos retornos e resultados de suas próprias aplicações, remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados e disponibilidade de exercícios anteriores. Anualmente, a execução dos recursos é realizada por meio de Programas de Financiamento, elaborados pelo Banco da Amazônia, seguindo as diretrizes e orientações gerais do MIDR e pelas prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento. A área de atuação do FNO compreende uma extensa e desafiadora área territorial composta pelos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Visando reduzir os problemas ocasionados pelas grandes disparidades espaciais, o Banco da Amazônia utiliza a ação do FNO Itinerante para “divulgação dos instrumentos financeiros da PNDR e oportunidade de financiamento”, em conjunto com parceiros institucionais, constituindo uma ação estratégica fundamental para cobertura dos 450 municípios dessa região, elegíveis às áreas mais longínquas, ou onde não haja unidade física do Banco ou ainda que apresentem baixo volume de contratação nos últimos anos, com foco nos tomadores com faturamento bruto anual de até R\$ 16 milhões. No ano de 2023, disponibilizamos R\$ 11,3 bilhões em financiamentos com recursos do FNO. Desse montante, R\$ 8,3 bilhões foram destinados às

operações rurais, impulsionando o agronegócio e fortalecendo o setor agropecuário na Amazônia. Além disso, R\$ 3,0 bilhões foi direcionado para operações não rurais, fomentando diversos segmentos da economia e o crescimento sustentável da região.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A SUSTENTABILIDADE



IMPORTANTE:
Essa certificação poderá ser financiada, caso conste como item orçamentário no projeto ou proposta;
O Banco disponibilizará condições negociais diferenciadas aos clientes que possuírem a certificação.

Selo Sustentabilidade Tesouro Verde: O Selo Sustentabilidade Tesouro Verde é o certificado reconhecido por estados da Amazônia Legal, que a empresa cumpriu com sua Cota de Retribuição Socioambiental CRS pelo consumo dos recursos naturais de suas atividades nos últimos 12 meses, adquirindo Crédito de Floresta, com registro em *blockchain*. O Selo auxilia estratégias de políticas públicas de sustentabilidade e combate a mudanças climáticas. O Programa Tesouro Verde é um modelo de estratégia que contempla, em linhas gerais, a estruturação de instrumentos financeiros de integração dos setores da economia (primário, secundário e terciário) com a remuneração efetiva de quem conserva e amplia as florestas nativas, o produtor rural.

SELO SUSTENTABILIDADE TESOURO VERDE

Titular: BASA DIREÇÃO GERAL
CPF/CNPJ: 04.902.979/0001-44
Número do Registro: 7f8a29b2-26ae-42bd-a70f-ba4c5a7dca1e
Data da Operação: 31/03/2022
Válido até: 31/03/2023
Programa: Tesouro Verde
Produto: Selo Sustentabilidade Tesouro Verde
Quantidade Adquirida: 631 unidades de Crédito de Floresta homologadas.

Este Selo atesta que a Empresa investiu em proteção e preservação de floresta nativa por meio da aquisição de Crédito de Floresta, como forma de compensar o uso dos recursos naturais e o impacto ambiental de suas atividades produtivas do exercício, cumprindo a Cota de Retribuição Socioambiental - CRS.

As informações dos dados foram declaradas pelo representante da empresa: VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TORE, com plena ciência das responsabilidades impostas pela Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98 conforme os termos do Art.6º.

DADOS DE VERIFICAÇÃO
Número do Registro: 7f8a29b2-26ae-42bd-a70f-ba4c5a7dca1e
Registro - Blockchain NFT: <https://nftportal.org/nftsactions/39147502014225764681>

Logos: AMAPÁ, BMTCA, bmv, Selo Sustentabilidade Tesouro Verde, SGS.

SELO SUSTENTABILIDADE TESOURO VERDE

Atestado de Ética Ambiental
O investimento gerou os seguintes benefícios:
Área Preservada de Florestas Nativas: 8302,63 m²
Emissão Evitada de Carbono (Carbono Estocado): 631 tCO2 e
Madeira Armazenada: 217,59 m³
Preservação de Espécies de Fauna Por Hectare: 1748
Preservação de Espécies de Flora Por Hectare: 546
Preservação de Fluxo Hidrológico em Litros Por Ano: 2727% 14

Calculadora de Impacto Ambiental - CIA
Período compensado de 31/03/2022 à 31/03/2023
Número de pessoas: 1070
Consumo Anual de Energia Elétrica em kWh: 3037596,00
Consumo Anual de Água em m³: 12743,00
Área Ocupada em m²: 26079,00 m²

Núcleos de Origem das unidades de Crédito de Floresta

XINGU	TELES PIRES	MADERA	ARRIOS

Logos: tesouro VERDE, AMAPÁ, BMTCA, bmv, Selo Sustentabilidade Tesouro Verde, SGS.

Linha de Financiamento Ciência e Tecnologia: Incentivamos o desenvolvimento de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) às atividades e empreendimentos inovadores economicamente viáveis do segmento empresarial, como também projetos incubados em instituições públicas de ensino e pesquisa, permitindo a sua implantação após a saída da incubadora, e que possuam elevado potencial de transformação para desenvolver projetos, produtos, processos e serviços, com base em tecnologia inovadora. Em 2023, foi aplicado R\$ 10,78 milhões em CT&I.

Fundo Verde para Emissão de Títulos Verdes: A iniciativa visa a captação de recursos destinados ao investimento na conservação e recuperação de áreas na Amazônia, desempenhando um papel direto na sustentabilidade das atividades produtivas da região, explorando o potencial em carteira para a estruturação de novos produtos financeiros, integrando a captação de recursos e a preservação da floresta. Entre os produtos já estruturados, destacam-se o Pagamento de Serviços Socioambientais prestados aos produtores rurais da região por conservação de biomas (PSA) e a Emissão de Ativos de Origem Sustentável (CPR Verde).

Sistema de energia no mercado (ACL): Modelo de energia sustentável, com utilização de energia renovável 100% limpa, que evita emissão de gases na atmosfera contribuindo para a redução do efeito estufa e do aquecimento global. Em abril/2023, iniciou no edifício-sede do Banco da Amazônia o novo ciclo de recebimento de energia, que consistiu na migração do consumo de energia, do Mercado Regulado (ACR) – mercado convencional de fornecimento de energia – para o Mercado Livre de Energia (ACL). Os resultados positivos obtidos com esta migração já podem ser observados com as economias produzidas pela migração. Ao longo do ano de 2023, tivemos uma redução acumulada aproximada de R\$ 358 mil no período, equivalente a 14,2% de economia, sendo superior aos 12% previsto no estudo técnico preliminar.

APOIO A PRÊMIOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Prêmio Professor Samuel Benchimol - dividido em duas categorias: “Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica”, que contempla trabalhos economicamente viáveis, ecologicamente adequados, politicamente equilibrados e socialmente justos; e “Personalidades dedicadas ao Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica”, que homenageia personalidade do meio empresarial ou acadêmico, que se destacou em prol do desenvolvimento sustentável na região.

Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente - contempla duas naturezas de premiação: “Iniciativa de Desenvolvimento Local”, que revela o potencial de transformação da região amazônica por meio de conceitos e práticas de Economia Criativa, Economia Verde ou Agroecologia e Produção Orgânica; e duas premiações honoríficas, uma voltada a empresas (Empresa na Amazônia) e outra voltada a Microempreendedores de Sucesso na Amazônia (Prêmio Florescer).

Ao longo dos 19 anos de realização, ambos os prêmios já contemplaram mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em premiações, com recursos oriundos de empresas e instituições patrocinadoras como: Accor, Amazon Sat, Arno, Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), Associação Telecentros de Informação e Negócios (ATN), Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco Itaú, Basf, Bemol, Brasil Telecom, Caixa Econômica Federal (CEF), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Coca Cola, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Electrolux, Energia Sustentável do Brasil, Escala Energia, Fogás, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Galzerano, Honda, Humanitare, Laboratório Sabin de Análises Clínicas, LG do Brasil, Marjam, Microsoft, Motorola, Natura

Cosméticos, Nokia, O Boticário, Panasonic, Pelmax, Pirelli Pneus, Renovo, Rochedo, Santo Antônio Energia, Schering, Sebrae, Siemens, Sindicato da Indústria do Material Plástico do Estado de Minas Gerais (Simplast), Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo (Sinaees), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Taiff, TAM, Technos, Teperman, Ticket Serviços, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Whirpool.

Dentre as empresas, associações, entidades de ensino e pesquisa e universidades que apoiaram a divulgação e a execução, podemos citar, por exemplo: Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), Associação para o Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Embrapa Oriental, Faculdade Martha Falcão (FMF), Faculdade São Lucas, Fórum Permanente da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), Fundação Tumucumaque, Governo do Amapá, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Turismo, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Acre (SECT-AC), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá (SECT-AP), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (SECT-AM), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (SECT-PA), Sindicato da Micro e Pequena Indústria de Rondônia (Simpí), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade do Porto, Universidade Federal de Rondônia (Unir), Universidade Federal do Amapá (Unifap), Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Durante o ano de 2023, o Banco da Amazônia trabalhou os programas e linhas de financiamento, com indução de práticas sustentáveis aos empreendimentos financiados, que são:

- A.** Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF);
- B.** Programa de Financiamento em Apoio ao Setor Rural (FNO - AMAZÔNIA RURAL);
- C.** Programa de Financiamento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FNO - AMAZÔNIA MPO);
- D.** Programa de Financiamento em Apoio ao Setor Empresarial (FNO - AMAZÔNIA EMPRESARIAL);
- E.** Programa de Financiamento Estudantil (FNO - AMAZÔNIA FIES); e,
- F.** Programa de Financiamento em Apoio à Infraestrutura (FNO - AMAZÔNIA INFRA).

PRODUTOS E SERVIÇOS COM BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

Com o propósito de melhor alocação e enquadramento dos recursos do Fundo, consta no quadro abaixo a classificação das linhas de financiamentos verdes, tendo como base a taxonomia FEBRABAN, MCR e as práticas adotadas no empreendimento para mitigação da exposição aos riscos climáticos e ambientais. Desta forma, pelas linhas verdes, foram operacionalizadas 24.431 operações no valor de R\$ 6,69 bilhões, conforme tabela a seguir:

Linhas de Financiamento Verdes

Linhas verdes	Linhas tradicionais
Pronaf – Todas as linhas	Amazônia Rural

Amazônia Rural Verde	Amazônia Empresarial Verde
Amazônia Empresarial Verde	Amazônia Infra
Amazônia Infra Verde	-
FIES	-
Amazônia MPO	-
CT&I	-
Irrigação	-

Fonte: Plano de Aplicação do FNO 2023

Linhas verdes	Quantidade de contratos	Valor contratado (R\$ milhões)
PRONAF- Todas as linhas	19.962	765,50
Amazônia Rural Verde	3.630	5.680,29
Amazônia Empresarial Verde	807	174,31
Amazônia Infra Verde	2	67,34
FIES	11	2,62
Amazônia MPO	7	0,74
CT&I	12	10,78
Total	24.431	6.701,58

Fonte: Sistema SIG-CONTROPER- Mês/Base: 12/2023